

Das possibilidades de cidades utópicas: os projetos urbanos no espaço do Novo Mundo

Antônio Edmilson Martins Rodrigues

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Brasil)

Resumo

Trata-se de estabelecer, a partir da idéia de cidade ideal, a “construção”, no espaço da Baía da Guanabara, de um “lugar” Rio de Janeiro, através do exame dos dois projetos inaugurais de cidade que se configuram na área do Atlântico Sul como desenhos de cidades ideais renascentistas. Para tanto, partiremos dos conceitos de cidade ideal e de Novo Mundo e tomaremos como referência as diferenças na avaliação da “ocupação” do Novo Mundo feitas por Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso* – e Angel Rama – *A cidade das Letras* –, onde estão apresentados dois modelos diferenciados de ocupação de lugares: a cidade clássica e a feitoria. O intuito é o de investigar os princípios ordenadores dessas “construções” para avaliar a presença de idéias que se aproximam do pensamento utópico, interpretando essas tentativas como estando inseridas no conjunto de reflexões sobre o vir-a-ser e das possibilidades alternativas aos modelos que se implantam no século XVI, ou seja, a oposição entre “ideal” e “modelo”.

Palavras-Chave

Novo Mundo, Rio de Janeiro, cidade utópica, cidade ideal.

Antonio Edmilson Martins Rodrigues é professor dos Departamentos de História da PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Professor Aposentado da UFF (Universidade Federal Fluminense) nas áreas de História Moderna e História do Rio de Janeiro. Livre-Docente em História do Brasil (UERJ) e autor de *Tempos Modernos: ensaio de história Cultural* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000), junto com Francisco Falcon, e de outros livros referentes à cidade do Rio de Janeiro. Em breve será editado pela Campus um outro livro, também com a co-autoria de Francisco Falcon, intitulado *A formação do mundo moderno*.

A minha proposição tentará, no plano geral, discutir as formas de relacionamento entre Europa e Novo Mundo, tendo como pano de fundo a cultura da renascença, em especial, a idéia de utopia e, como campo privilegiado de experiências, a cidade do Rio de Janeiro.

Chama a atenção dos estudiosos a potência da cultura renascentista, firmada na condição de tomar o homem como sujeito no mundo e seus desdobramentos em termos da arte e da história, especialmente, quando esses novos conhecimentos decorriam de experiências vividas e únicas, não porque fossem experiências individuais, mas porque nelas continham todas as outras tradições anteriores. Disso decorria também a surpresa de notar que o Novo Mundo foi inventado antes de ser descoberto ao mesmo tempo em que essas experiências tomavam corpo e definiam conceitos e teorias sobre o homem, o mundo e a natureza.

Fazia-me espécie, a exclusão quase absoluta dos elementos dessa cultura renascentista na historiografia que pretendia dar conta das explicações relativas ao povoamento e colonização do Novo Mundo. Além dessa exclusão, ficava claro também o menosprezo que ela dava ao mundo ibérico, desvinculando-o totalmente do universo de valores europeus de seu tempo e infantilizando a sua história ao definir esse mundo como ainda marcadamente feudal. Daí decorrem duas situações, entre outras, que merecem atenção: que a presença ibérica na América havia destruído uma cultura tradicional que, se mantida, acabaria por transformar a realidade atual e teria conduzido a América em direção a outro estágio do desenvolvimento; e que as formas de povoamento indicavam que as preocupações ibéricas eram, de um lado, religiosas e, de outro, mercantis, e isso esgotava a condição de avaliação da presença europeia e da cultura renascentista na sua passagem pela América.

Mesmo autores do peso de Sérgio Buarque de Holanda, que conhecia muito bem as condições de desenvolvimento da cultura portuguesa, advoga a tese de que as cidades portuguesas construídas na América eram meras feitorias e não ultrapassavam sua orientação mercantil no século XVI.

Foi justamente essa tese que me levou a pesquisar a cidade do Rio de Janeiro, procurando elementos em seu processo de construção que refutassem a tese de feitoria e aproximassem a cidade da cultura renascentista pela via de uma das polêmicas mais interessantes do renascimento que é aquela que permite associar Alberti e Thomas Morus na relação cidade ideal/cidade utópica.

Essas considerações, alicerçadas na idéia mais geral acima apresentada, adquirem sentido quando em sua referência ao espaço e lugar da cidade do Rio de Janeiro permitem considerar:

a. As formas de atuação europeia na América, mesmo marcadas por processo de acentuada repressão, representam a afirmação da cultura renascentista na sua versão ibérica, daí decorre que a América é um espaço de experimentação da explosão criativa da cultura do século XVI.

b. A América como campo de experimentação estabelece a idéia de um espaço de complementariedade entre cultura europeia e natureza do Novo Mundo que tem como resultado aparente a inserção na América de

dois modos distintos de interpretação do Novo Mundo: um que o pensa como espaço de crítica e acentua seu sentido alegórico como reconstrução de um novo conceito de civilização que se desdobra, por sua vez, em duas tendências, aquela que vê o Novo Mundo como volta ao Paraíso ou ao Jardim das Delícias e a outra que a toma como lugar do futuro; outro que adquire o sentido de demonstração da potência do homem de transformar a natureza e que, com o tempo, toma o sentido de exploração.

c. A cidade do Rio de Janeiro pode ser tomada como um espaço peculiar de ação desses dois modos que acabam por criar uma situação de reciprocidade e dão à cidade uma inserção particular no contexto do sistema colonial português no Novo Mundo.

d. A cidade do Rio de Janeiro será considerada como o lugar singular de constituição de uma sociedade de colonos que projetam sobre o Rio de Janeiro uma forma urbana que atua paralelamente ao sistema de controle do Estado português, produzindo inclusive um processo de acumulação de riquezas por fora do sistema colonial, fazendo a cidade dispor de um grau de autonomia e liberdade distinto da capital da região colonial - Salvador.

e. Ao contrário de Salvador, o Rio de Janeiro é uma cidade aberta para o mundo e, por isso, apresenta-se como receptora das polêmicas do renascimento.

Nesse mesmo plano, vale ainda lembrar a necessidade de recolocar a questão da dupla fundação da cidade do Rio de Janeiro, no sentido da presença portuguesa e francesa.

No contexto particular, o tema, é óbvio, assume uma configuração também singular. Como a preocupação central é colocar em presença orientações distintas, seria difícil definir *a priori* mecanismos ou procedimentos, uma vez que os mesmos poderiam já pressupor determinadas direções. Por isso, centrarei a questão no estabelecimento de um caminho crítico orientado pela idéia das formas de representação do Novo Mundo no pensamento e na cultura renascentista através de uma reflexão sobre os sonhos renascentistas. Entretanto, por falta de tempo, ficarei na observação da cidade do Rio de Janeiro como espaço de ação de projetos utópicos.

O exemplo das cidades utópicas é sem dúvida a Ilha da Utopia de Morus. Todo o Livro II, onde se descreve o lugar físico e social da Utopia, é acentuadamente espacial e os princípios morais e éticos decorrem, em seu aspecto de força, do modo de inserção no espaço. No caso de Alberti, há dificuldades de encontrar autores que compartilhem a idéia de que sua produção, de uma amplitude temática imensa, vá além do que especificamente observações pontuais sobre pintura e arquitetura e que, nesse conjunto de reflexões, a construção das cidades ideais apareça fragmentada. A hipótese é que, distinto de Morus, onde a cidade utópica toma forma na Ilha da Utopia, Alberti, pelo seu alto grau de intervenção no cotidiano, apresenta a construção da cidade ideal de forma assistemática.

Entretanto, basta ler com atenção as suas reflexões para se sentir tomado por uma sensação estranha de que a cada passo da leitura, não só o mundo renascentista com todas as suas nuances ganha forma, mas as situações adquirem a qualidade da construtibilidade e da espacialidade. Para

manter essa leitura interpretativa de Alberti é preciso ultrapassar as visões que dele se construíram, principalmente, a de Giorgio Vassari que o reduz a mero organizador de métodos dos outros. Muitos procuram a sua cidade ideal em desenhos ou projetos, outros em cidades reais que mereceram de Alberti algum tipo de intervenção. Poucos, entretanto, procuram a sua cidade ideal costurando por dentro os seus textos.

No caso de Alberti, é fundamental que se trabalhe com o plural - cidades ideais - pois seu discernimento do mundo e sua perspicácia quanto às relações entre homem e espaço obriga-nos a pensar na multiplicidade de arranjos distintos com relação à cidade. Se a leitura de *De re aedificatoria* procurar algo mais do que leis para a construção, identificar-se-ão propostas e princípios das cidades ideais e críticas às cidades reais.

A cidade ideal de Alberti está num pequeno comentário que estabelece, por exemplo, a aproximação entre a casa e a cidade; a cidade ideal é igual à casa ideal, o que determina a localização dos critérios de harmonia, beleza, conforto e equilíbrio como pré-requisitos para as cidades ideais. A arquitetura e a pintura são tomadas pelo humanista como chaves para demonstrar a potência do homem em ultrapassar a natureza sem deixar de imitá-la na sua configuração matemática, elaborando, a partir daí, a teoria das proporções.

Da mesma forma, para entender Morus é preciso ultrapassar os lugares comuns de interpretações absolutas e procurar os motivos e os princípios das cidades utópicas em Erasmo, Damião de Góes, no movimento *Devotio Moderna*, nos relatos dos descobrimentos portugueses e espanhóis e nos debates intelectuais, políticos e diplomáticos da Holanda, não para reduzir suas reflexões a meras descrições daquilo que ouviam, mas para mostrar a força da inventiva individual e o espírito aberto de Morus.

O conhecimento do Novo Mundo acarreta o desenvolvimento da crítica social e desempenha papel importante na produção das cidades ideais e utópicas. Entretanto, a força dessas respostas críticas é maior porque o Novo Mundo foi dado a conhecer e gerou um processo de rediscussão do significado da civilização e da idéia de Europa.

Os relatos das Índias indicam, por vezes, assombro e, por outras, superioridade e desprezo mas, qualquer que seja a atitude, o resultado anuncia contrastes. É essa condição do texto-relato que o faz surgir como intermediário, como um lugar nenhum, e que é diferente em Montaigne e em Córtez. A circulação das informações e as comparações que elas permitem levam tanto à produção do conceito de “guerra justa” como ao conceito de “bom selvagem”, sem que Montaigne ou as autoridades papais tenham estado no Novo Mundo.

Mas além desses conceitos de ordem moral ou econômica, também surgem apreciações que associam modos e costumes ao lugar natural. Algumas relacionando-as através do mito de uma volta da fabulosa “Idade de Ouro”; outras ao projeto de uma troca capaz de fazer a Europa superar suas crises.

Essa segunda forma de relacionar a apreciação é que culmina na produção das cidades ideais e das cidades utópicas, possibilitando agora

uma diferenciação entre elas. As cidades ideais vinculam-se a um projeto de reformas das cidades reais. Seu espaço construtivo não é equidistante da cidade real. A cidade ideal convive com a cidade real e funciona como alarme em situações de crise. Essa noção decorre do primeiro humanismo renascentista, anterior ao realismo de Maquiavel, no qual Alberti tem uma presença significativa e que diante das crises opta pela capacidade vigorosa do homem renascentista de superar os seus limites.

Dessa forma, as cidades ideais são imaginadas a partir da dinâmica interna das cidades reais, não necessitando de um elemento externo para adquirir sentido e ganharem forma. Por isso, sua representação imagética tende a associá-las à cultura aristocrática, ao refinamento nobre e à arte no sentido de sua força estética. Entretanto, são essas cidades ideais que se afirmam como modelos para a construção das cidades coloniais na América Ibérica. Os critérios de ordem das cidades ideais têm uma dinâmica assegurada pela geometrização de sua imagem, que é, ao mesmo tempo, o limite de sua característica ideal e também sua fronteira.

As cidades utópicas, ao contrário, constituem-se a partir de um espelho externo para depois voltarem-se para dentro das cidades reais, precisam de um espaço constituído como “alhores” ou “lugar nenhum” para existirem. Por isso, são mais difíceis de serem construídas no imaginário e possuem um ordenamento físico muito mais detalhado. Como já são produções da segunda fase do humanismo, posterior a Maquiavel, as cidades utópicas expressam valores éticos e morais, associando-os ao lugar geográfico, quase todas tendo como elemento comum estarem separadas do mundo real pelo braço de mar ou por um rio, adquirindo a feição de uma “ilha” isolada.

O detalhamento dos costumes, hábitos e instituições é a forma de projetar radicalmente suas críticas ao mundo real, diferenciando-se das cidades ideais, nas quais a estética da cidade gera um prazer capaz de alterar hábitos e produzir novas relações de sociabilidade. Nas cidades utópicas há que se trabalhar, a idéia de produção se mantém presente como ponto de equilíbrio entre os habitantes, já que a propriedade privada foi abolida.

Nas cidades utópicas há um aparente cancelamento do “eu” e os ideais de liberdade e autonomia são regulados pelos preceitos morais contidos em cada um daqueles que habitam as cidades utópicas. Nas cidades ideais mantém-se o “eu” renovado e a noção de sujeito adquire o sentido de criador e planejador. Entretanto, uma leitura atenta das cidades utópicas mostra que o cancelamento do “eu” é um processo de intervenção ativa do sujeito, que ao ser capaz de perceber o desastre, como fim do caminho de grandeza do homem renascentista, propõe uma cura diferente daquela que está presente nas cidades ideais.

Essa cura projetada como cancelamento e/ou intervenção aproxima Morus e Maquiavel. Também, para o florentino, trata-se de superar o desastre que se aproxima e também a cura verifica-se pela produção de uma imagem de intervenção que, no caso de Maquiavel, é a de um “príncipe”, que metaforicamente é a imagem do homem em sua tentativa desesperada de superar o desastre. No caso de Morus é a Ilha da Utopia que se afirma como metáfora da nova cidade/nova humanidade.

A cidade do Rio de Janeiro marcou o seu território com uma dupla presença de tendências utópicas. De um lado, o projeto da França Antártica, articulado por muitas mãos, e que teve um comandante francês, erudito da Renascença e temeroso com as reformas religiosas, como realizador – Villegagnon. De outro, o sonho de um visionário como Mem de Sá, irmão de Sá de Miranda. A guerra que se estabeleceu na terra carioca resultou na constituição de uma cidade de colonos, ideal e utópica.

Bibliografia

- DUBOIS, Claude-Gilbert. *O imaginário da renascença*. Brasília: Eunb, 1995.
- BURKHARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália*. SP: Cia das Letras, 1988.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. RJ: José Olympio, 1936.
- RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. SP: Brasiliense, 1982.
- CHOAY, Françoise. *A Regra e o Modelo*. SP: Perspectiva, 1986.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. SP: Martins Fontes, 1991.
- RABELAIS, François. *Gargantua*. SP: Hucitec, 1982.
- ELLIOT, J. H. *O velho mundo e o novo. 1492-1650*. Lisboa: Editorial Querco, 1987.
- SKINNER, Quentin. *Los Fundamentos del Pensamiento Politico Moderno*. I. El Renacimiento. México: FCE, 1985.